

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: UMA CRÍTICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POPULAR

LEONARDO DORNELES GONÇALVES*

CONCEIÇÃO PALUDO**

CARLOS ROBERTO DA SILVA MACHADO***

RESUMO: Abordamos o tema da extensão universitária no contexto de crise do capital, partindo do campo da Educação Ambiental e Popular. Para tanto, nos valem dos resultados de uma pesquisa a qual investigou a relação da extensão universitária junto a grupos associados, oriundos do movimento de economia popular solidária. Tomando por base a concretude da crise, manifestada na explicitação de seus limites e contradições na forma do Estado, Trabalho e Natureza, entendemos que a prática extensionista junto aos grupos associados necessita, em seus processos pedagógicos, superar análises meramente pontuais e imediatas, valorizando a retomada dos instrumentos teóricos capazes de compreender a realidade enquanto uma totalidade, como meio para novas práticas educativas, no sentido da emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária. Crise do Capital.

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, UFPel e pesquisador colaborador do Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremos Sul do Brasil. Email: dorneles05@gmail.com

** Doutora em Educação. Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e pesquisadora líder do grupo de Movimentos Sociais, Escola Pública e Educação Popular - Movse. E-mail de contato: c.paludo@terra.com.br

*** Doutor em Educação. Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Email: karlmac@ig.com.br

Educação Ambiental. Educação Popular.

ABSTRACT: This article analyses how the university extension course in Environmental Education and Popular Education is going on during the capitalism crisis. In this way, were used results from a research that investigated the relationship between this extension course and a Social Solidarity Economy. Thus, were used as a base the crisis' results; for instance, its limits and contradiction in the form of the State, Labor and Nature. We understand that the practical that happens between the community and the extension course needs to overcome a basic punctual and immediate analysis in its pedagogical process. Consequently, a retaking of the theorists who understand reality as a totality is needed in this extension course. Moreover, the uses of new educational practices will be also good. Finally, those tolls will help the course to develop a better popular education; also, it will support the community in its own emancipation.

KEYWORDS: University extension. Capitalism Crisis. Environmental Education. Popular Education.

Introdução

Para que possamos adentrar ao debate em torno da específica relação entre educação ambiental numa perspectiva popular e a extensão universitária, consideramos uma pesquisa recentemente realizada, cujo objetivo foi compreender a natureza da relação entre grupos associados – ligados às experiências da economia popular solidária – assessorados por um núcleo de extensão¹ de uma universidade pública no sul do Brasil, a partir da educação ambiental crítica². A origem do estudo se deteve tanto a necessidade de problematização da extensão universitária de forma ampla no

1 Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

2 “Extensão Universitária e Associativismo Popular: um estudo a partir da educação ambiental crítica”. Nesta pesquisa tomamos os estudos de Loureiro (2009) que define Educação Ambiental Crítica a partir de quatro pressupostos articulados entre si: diálogo objetivo, visão de totalidade, relação teoria-prática (práxis) e um processo que instrumentaliza os sujeitos para vida e luta social.

cenário nacional, bem como conhecer os seus limites, desafios, possibilidades e as razões que condicionam a relação entre grupos associados e núcleo de extensão marcadamente traçados por uma existência dependente daqueles em relação a estes.

O estudo de caso (TRIVIÑOS 2009; ANDRÉ 2013), que analisou a relação entre grupos e núcleo de extensão, o processo histórico e os seus desafios, foram estruturados em dois movimentos relacionados entre si: primeiramente o mapeamento dos grupos assessorados, para o esboço de um quadro de informações onde pudesse estar disponível o tipo de grupo, data de fundação, quantidade de membros, atividade econômica, localização e contatos. Com base nestas informações, foi possível organizar o segundo movimento da pesquisa que buscou ouvir os membros dos grupos que atendessem os seguintes critérios: a) maior tempo de fundação; b) maior tempo assessorado pelo núcleo; c) atividade econômica em que a relação com a natureza fosse mais explícita. Assim, dois grupos foram selecionados para as entrevistas semiestruturadas que, uma vez feitas junto aos trabalhadores e os membros do núcleo, separadamente, ofereceram esse material necessário à análise. Posteriormente, o material foi transcrito na íntegra e analisado com base nos estudos de Bardin (1977) e Orlandi (1999), constituindo a ‘análise de conteúdo’.

Os resultados da pesquisa são apresentados a seguir, quando trazemos a síntese da investigação efetivada. Em um segundo momento, evidenciamos os contornos da crise estrutural do capital, sem a qual, em nosso entendimento, não é possível compreender os entraves que se colocam no trabalho realizado pela Universidade, em sua relação de assessoria a estes grupos. Em um terceiro, refletimos sobre educação, extensão universitária e crise voltando-se mais especificamente, ao fenômeno de pesquisa investigado: a relação entre a extensão universitária, educação ambiental e os grupos de economia solidária. Por fim, formulamos algumas considerações com base nas discussões anteriores.

Apresentação dos resultados da pesquisa

Da análise dos materiais organizados podemos afirmar que a dependência dos grupos associados ao trabalho do núcleo de extensão universitária, no caso estudado, tem relação estreita com práticas caracterizadas como assistenciais, apesar de se afirmar o contrário, cujos desdobramentos práticos são a elaboração de projetos por parte da Universidade para atender as associações sem que haja, necessariamente, a participação dos trabalhadores no sentido de seu empoderamento ou salto de qualidade, como diria Marx (2007), “da classe em si para si” na relação com aquela instituição estatal - a Universidade. A existência das associações e de suas potencialidades subversivas ou contra hegemônicas, foram-condicionadas pela existência dos projetos para viabilizar suas organizações, sejam na “busca” de novos mercados para comercialização do produzido, compra de maquinários, entre outras demandas. Diante disso, podemos afirmar que os grupos de econômica solidária não tinham controle e, talvez, poderíamos dizer não produziram as “condições” de elaboração dos respectivos projetos. Em geral, é o núcleo de extensão quem elaborava (isso não significa que os grupos e pessoas não fossem consultadas) os projetos e prestava contas aos órgãos financiadores dos respectivos recursos. Disso derivam outros limites:

- o trabalho do núcleo de extensão era desenvolvido basicamente por bolsistas e consultores cujo vínculo de trabalho é frágil, com precária remuneração. Daí, portanto, a rotatividade de membros não permite que o núcleo consiga atender as associações de modo que elas tenham condições para desenvolver seus próprios processos (GONÇALVES 2013, p. 146);

- a existência do núcleo estava condicionada, basicamente, a garantia de recursos advindos de projetos vencidos em editais. Dessa forma, não é feito o debate sobre o financiamento institucional (próprio da universidade) e a possibilidade do trabalho ser realizado por técnicos e professores do quadro. Isto se, de fato, esta era uma ação importante para o conjunto da Universidade como afirmado em seus documentos e discursos (GONÇALVES 2013, p. 146);

Portanto, a realização de um trabalho de aprofundamento dos pressupostos e contradições de onde emergem os próprios grupos associados, a ampliação dos instrumentos teóricos necessários para o processo de luta a partir do lugar e do papel dos grupos de econômica popular solidária em relação com a Universidade, como parte de um projeto de outra sociedade, apesar de citados ou aludidos de passagem não tem, de fato a importância merecida no respectivo trabalho deste núcleo de extensão. Da mesma forma, a questão ambiental ou da natureza não é lembrada como parte ou “base” sob e sobre a qual se desenvolvem as relações sociais, bem como cada contexto sócio-econômico-ambiental interfere, seja condicionando seja impactando as próprias classes e grupos sociais de forma desigual. Neste trabalho, faremos alusão e indicações desta questão no conjunto de nossa reflexão, mas focaremos no processo educativo da relação da Universidade/núcleo de extensão com os grupos, coletivos assessorados que foram estudados na pesquisa, no contexto de crise.

Sendo assim, foi necessário um esforço para compreensão dos limites explicitados na pesquisa a partir do confronto com o quadro de crise do capitalismo que se acentua na forma estrutural, mais explicitamente desde a década 1970. Tal crise, diferentemente das antecedentes, não se caracteriza como cíclica, mas corresponde as manifestações inerentes ao modo de produção capitalista como condição para a recomposição dos fundamentos que asseguram o próprio capitalismo. Neste contexto, a natureza na forma mais elementar (seja a água, a energia, a terra, o ar, minérios, etc.) tem sua exploração ampliada em função das novas necessidades do sistema, o qual coloca em risco o próprio planeta de um lado, e de outro, amplia a exploração e a dominação desta e das classes e grupos sociais de *abajo*.

Crise do Capitalismo: mediações entre Estado, Capital, Trabalho e Natureza.

As últimas décadas apresentam significativas alterações no mundo do trabalho e em suas relações com o capital. As mudanças dizem respeito, essencialmente, ao paradigma produtivo - ou sua

combinação com o anterior - devido às necessidades de revigorar o próprio modelo capitalista, intensificar as relações sociais de produção em seu interior – quer dizer, mercantilizá-las - e tornar o capital cada vez mais hegemônico.

No plano estrutural, é possível perceber a substituição do trabalhador de indústria, cuja referencia é o modelo baseado no padrão de acumulação taylorista/fordista, bem como a destituição de direitos historicamente negociados que garantiam a estabilidade salarial, ampliando a precarização do trabalho. Em contrapartida, emerge o trabalhador flexível, disponível e adaptável, cuja base se concretiza sob o novo padrão de acumulação, conhecido por toyotista.³ Sobre as alterações no padrão de acumulação do capitalismo ocorridas entre o final dos anos sessenta e início dos anos setenta, mudanças essas que demandaram diferentes perfis dos trabalhadores, Harvey (1998, p. 140) expõe que,

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Além disso, o avanço tecnológico apresenta como consequência o reordenamento da produção e uma verdadeira revolução organizacional do trabalho, provocando um desemprego estrutural, passando a exigir o trabalhador de “excelência”, ou seja, qualificado para atuar em determinadas funções, causando, o que Antunes (2011) chama de “intelectualização do trabalho manual”.

Por outro lado, em função das elevadas taxas de desemprego

³ Isso nos espaços centrais da produção industrial, pois uma serie de “novos” trabalhadores de serviços, telemarketing, etc. ampliam e complexificam a composição da classe que vive do “trabalho” de um lado, hoje em torno de oito milhões, diz Braga (2012, p. 27). Obviamente isso se articula aos principais setores dominantes. Os motores do atual modelo de desenvolvimento são: bancos, as mineradoras, a indústria energética (especialmente petróleo), o agronegócio e a construção civil.

e a desqualificação para esse novo modelo levam ao que Antunes (2011) chama de subproletarização, o que significa em uma cisão dorsal dos trabalhadores, ‘afrouxando’ os laços estabelecidos pelo trabalho e setorizando às lutas da classe trabalhadora. Essas mudanças resultam em um significativo crescimento das formas ‘informais’ de trabalho, constituindo uma fração de classe ‘subproletaria’, isto é, aqueles grupos de trabalhadores destituídos dos direitos elementares regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, poder de greve, organização sindical, oriundos dos vínculos legais de emprego⁴. Conforme Antunes (2011, p. 50):

Há outra tendência significativa dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados a ‘economia formal’, entre tantas modalidades (...). Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação as normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindical, configurando uma tendência a individualização extrema da questão salarial.

Neste contexto, podemos observar que o papel do Estado se altera substancialmente⁵. Anteriormente, nos países “desenvolvidos”, mediante as pressões e contradições do modelo, o Estado estabelecia determinado rigor na garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, regulando ganhos de capital e fortalecendo contratos estáveis de trabalho, sobretudo para com as questões previdências. Em certa medida, no caso europeu, isso era um contraponto ao avanço do socialismo do leste que cresciam

4 Há outras interpretações acerca desse fenômeno. Braga (2012), por exemplo, entende que a precariedade que envolve a classe trabalhadora é parte constituinte da fragilidade relação salarial (p. 17). Para o autor, ao analisar o caso da classe trabalhadora brasileira, portanto, periferia do mundo capitalista, afirma que o precariado aqui sempre foi regra, consequência de um desenvolvimento desigual e combinado (p. 19).

5 Importante destaca que a menção ao Estado refere-se ao modelo europeu e, especificamente, pós 1945, quando a Europa constitui o pacto social entre capital, trabalho e estado a fim de consolidar o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos países do bloco ocidental, capitaneados pelos EUA, cujo interesse mais evidente é o fortalecimento do capitalismo como modelo hegemônico em um contexto de guerra fria.

após a II Guerra Mundial e a derrota contra o nazismo. Portanto, ainda que a adoção dessas medidas servisse para controlar os trabalhadores (FRIGOTTO, 2011), regular a produção e garantir a acumulação mediante um complicado estado de pobreza na Europa após II Guerra Mundial, as políticas, de certa forma, beneficiavam os trabalhadores, garantindo-lhes estabilidade salarial, seguridade do emprego, direitos sociais mediante um forte aparato estatal que intermediava as relações entre capital e trabalho, criando uma espécie de ‘harmonização’ entre capitalistas e trabalhadores. Mas essa modificação se modifica profundamente

Ainda que seja extenso, vale trazer o fragmento abaixo que procura explicitar a gênese dessa nova orientação e apontar suas consequências. Conforme Frigotto (2001, p. 77):

A determinação mais profunda radica-se na própria essência do capital - acumular, concentrar, centralizar e, como consequência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho. Os anos de ouro do capitalismo, paradoxalmente, se deram, pela capacidade de enquadrar, conter e disciplinar a lógica destrutiva do mercado auto-regulado e do capital, mediante a construção de uma esfera pública capitalista. A globalização dos mercados ou mundialização do capital especulativo financeiro, que instauram uma verdadeira desordem mundial e produzem uma sociedade “20 por 80”, é o epílogo de um processo de resistência do capital à sua regulação. Já nos anos 1940-1950, o capital burla as fronteiras dos Estados-Nação mediante a instalação das multinacionais. Trata-se de empresas filiais das matrizes dos centros hegemônicos do capital que se ramificam no mundo, buscando mercados onde a exploração da força-de-trabalho e da própria matéria-prima lhes são vantajosas. Em seguida, anos 1960-1980, aprofunda-se a liberdade do capital mediante as transacionais. Trata-se de empresas que transitam acima do controle efetivo das nações e criam seu próprio espaço de poder. A globalização ou mundialização do capital, primordialmente do capital financeiro e especulativo, completa o circuito da perda do poder das sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital. O resultado desse processo é uma falência dos estados nacionais mediante a perda da capacidade de suas moedas - crise fiscal e crescente dilapidação do fundo público para honrar ganhos do capital especulativo. As reformas do Estado, sob a tríade desregulamentação/

flexibilização, autonomia/descentralização e a privatização, são, em verdade, políticas oficiais de desmonte da sociedade-salarial e da limitada estratégia de unir a sociedade integradora.

No neoliberalismo - anos 1990 na América Latina - e agora na Europa, a desestruturação dos direitos sociais são realizados pelo próprio Estado, radicalizando a mercantilização no espaço nacional interno de um lado. De outro, as políticas neoliberais acabam sendo induzidas e vigorando desde os interesses ou a partir das multinacionais, dos fundos de pensão, dos especuladores nacionais e internacionais, das agências de classificação – todos entendidos como agentes de mercado. No entendimento de Vargas (2011, p. 06),

A partir dos anos setenta, a crise do capitalismo, marcada pela baixa lucratividade e pelo acirramento da competitividade em nível internacional, implicou também uma crise do modelo de regulação até então vigente, provocando a emergência das concepções e políticas neoliberais. Tais políticas, ao promoverem fortes ajustes e restrições nos gastos públicos e nos custos das atividades econômicas, provocaram uma grande redução dos direitos sociais e trabalhistas, uma fragilização política dos trabalhadores e uma diminuição do poder aquisitivo dos salários.

Conforme o autor, a intervenção do Estado por meio de ajustes e políticas neoliberais - medidas que liberalizam as ações do mercado, criando as condições para a autonomização das relações sociais mercantilizadas - é notável, principalmente em relação à vida dos trabalhadores. Significa que o Estado não deixa de exercer o papel de apoio ao capital, mas, reconfigura-se mediante o papel do trabalho em sua relação com o capital. Também, ao contrário do que se generalizou no plano ideológico, o neoliberalismo não seria o fim do Estado, mas sim sua redução e ênfase no financiamento das políticas públicas e sociais, pois os aparatos e instrumentos, ações e meios de intervenção na garantia do “bom” funcionamento do sistema capitalista, e da gestão de sua crise mantiveram-se, e ainda, se fortaleceram. O avanço do processo de acumulação existente não seria possível

sem a contribuição do Estado enquanto protagonista que legitima tal ordem. Harvey (2004, p. 121) denomina esse processo de acumulação por espoliação:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais; a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, como afirmei consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes.

Assim, manifesta-se outra característica da crise do capitalismo: existe uma incapacidade do modelo em se autossustentar, necessitando recorrer ao aparato estatal para permanecer em vigor. As formas como acontecem são as mais diversas, podendo ser pela garantia de um corpo de leis que legitimam as ações exploratórias do movimento capitalista, pela força militar disponível para atender os interesses de uma determinada classe, ou pelo financiamento e resgate das instituições financeiras quando em tempos de crise instaurada.

Por exemplo, ao tratar da crise iniciada em 2006 e agravada em 2008 que afetou a economia mundial e principalmente o setor imobiliário dos EUA, o capital contou com o socorro financeiro do Estado estadunidense e de outros Estados que tiveram suas economias atingidas. É nesse sentido que Harvey (2011, p. 16) coloca que um dos princípios básicos do neoliberalismo é o poder e o papel do Estado:

Um dos princípios básicos pragmáticos que surgiram na década de 1980, por exemplo, foi o de que o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a todo o custo. Esse princípio, que bateu de frente com o não intervencionismo que a teoria neoliberal prescreveu, surgiu a partir da crise fiscal da cidade de Nova York de meados da década de 1970. Foi então estendido internacionalmente para o México durante a crise da dívida que abalou os fundamentos do país em 1982. De modo nu e cru, a política era: privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas (no México, por exemplo, o padrão de vida da população diminuiu cerca de um quarto em quatro anos após o socorro econômico de 1982). O resultado foi conhecido “risco moral” sistêmico. Os bancos se comportam mal porque não são responsáveis pelas consequências negativas dos comportamentos de alto risco.

A dinâmica tem sido essa: a liberdade do mercado, da financeirização econômica como benevolência do capital é permitida, sendo garantida, em caso de restrição de ganhos, a sua existência, mediante injeção de dinheiro público, resguardando as instituições. Vários casos como este acontecem inclusive no Brasil quando, em meados de 2008 – 2009 houve a compra do banco Votorantim realizada pelo Banco do Brasil, como alternativa para a empresa não arcar com o ônus da crise mundial⁶.

Portanto, a participação do Estado nas formas de acumulação capitalista, apesar da ideologia neoliberal negar a sua intervenção,

6 Mais alguns exemplos: o governo federal gastou em torno de 100 bilhões com a Copa do Mundo em 2014, incluindo as Olimpíadas em 2016; mais 30 bilhões com a Usina de Belo Monte, e outros bilhões para empreendimentos, para obras, para os bancos, etc., e apenas 20 bilhões para “acabar com a miséria!”, conforme era o slogan do governo. Tudo isso em desconsideração aos indígenas, aos ribeirinhos, aos pescadores artesanais, aos moradores da floresta ou das favelas e áreas ocupadas, nas quais esses empreendimentos se desenvolvem ou se desenvolverão. O agronegócio ganha bilhões em subsídios, antecipações de recursos, perdão das dívidas, enquanto os pequenos produtores, os pescadores artesanais, os quilombolas, os ribeirinhos, dispõem de limitadas políticas assistenciais. No Rio Grande do Sul, o Ministério Público e outros órgãos de fiscalização querem transparência nos subsídios do governo do estado aos empresários que podem chegar a 11 bilhões de um orçamento anual de 33 bilhões (MACHADO, GONÇALVES, 2012 p.18).

Outro exemplo são as medidas provisórias 664 e 665, que dispõem sobre as alterações das regras para acesso ao abono salarial do PIS e ao seguro desemprego, recentemente aprovadas. Contraditoriamente, as MPs foram tomadas exatamente no momento em que há uma elevação das demissões no Brasil, ironicamente quando os trabalhadores mais precisam.

é fundamental para a manutenção do modelo. Sem o Estado, o capitalismo não poderia seguir a sua lógica de acumular, centralizar e concentrar, por meio da exploração do trabalho e da impetuosa extração, exploração e exportação de recursos naturais, principalmente nos países periféricos. Daí a importância do Estado: quando um setor importante da economia declina e com isso apresenta consequências diretas na população, o aparato estatal se vê obrigado a intervir e garantir o bom funcionamento do modelo. E, um modo de produção que não tem capacidade de garantir sua própria vida, justamente porque está alicerçado sob bases desiguais, não tem outro caminho a não ser projetar crises constantes.

Sendo assim, é que afirmamos com Mézáros (2012) de que “a crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus limites intrínsecos” (p. 14). Nisso, o Estado, nos espaços nacionais e os organismos internacionais - sob a hegemonia do sistema financeiro - coadunado com as políticas dos países hegemônicos, mantém a própria (in) sustentabilidade do sistema capitalista em crise e radicaliza-o. Isto porque, como sabemos, o capital tem como fundamento a acumulação, centralização e concentração de riquezas, extraídas da natureza e transformadas pelo trabalho. A regulação do capitalismo se dá na dinâmica destas etapas, de modo que, ao final, a riqueza produzida seja apropriada por um grupo reduzido de pessoas, gerando um destino desigual daquilo que é produzido socialmente. Essa dinâmica se radicaliza na medida em que aumenta, por exemplo, a “obsolescência programada” das mercadorias, provocando de um lado a ampliação do consumismo de coisas inúteis, e de outro, a ampliação da exploração da natureza para dar conta desta dinâmica destrutiva. Significa que, no capitalismo a produção é social, coletiva, mas a riqueza indiscriminada é privada, em detrimento daqueles que a produzem nos espaços concretos de trabalho e produção. Nas palavras de Frigotto (2010, p. 69), uma das características da crise:

O caráter contraditório (de crise, portanto) do modo de produção capitalista explicita-se, historicamente e em formação sociais

específicas, de formas e conteúdos diversos, porém, inexoravelmente, pela sua própria virtude de potencializar as forças produtivas e por sua impossibilidade de romper com as relações sociais de exclusão e socializar os resultados do trabalho coletivo humano para satisfazer as necessidades sociais e coletivas.

Pela geração da desigualdade, devido ao movimento próprio do capital, a sociedade burguesa, capitalista, é incapaz de satisfazer as necessidades humanas, pois não é esta sua finalidade, mas simplesmente a busca infundável do lucro individual por cada capitalista sem a preocupação com o todo do próprio sistema. Isso tem inúmeras consequências práticas, algumas delas são lembradas por Mészáros (2012, p.10):

Na China, por exemplo, o capitalismo somente está estabelecido, eficazmente, em “enclaves” costeiros, deixando a esmagadora maioria da população (isto é, bem mais de um bilhão de pessoas) fora de seus marcos. E mesmo nessas áreas limitadas da China, nas quais prevalecem os princípios capitalistas, a extração econômica do sobretrabalho precisa ser sustentada através de fortes componentes políticos, mantendo o custo do trabalho artificialmente baixo. A Índia – outro país com uma população imensa – de maneira similar, encontra-se apenas parcialmente sob administração bem sucedida do metabolismo socioeconômico regulado pelo modo capitalista, deixando, até agora, a esmagadora maioria da população em uma situação bem difícil.

E como consequência, segundo Loureiro (2012 p. 21),

Com a brutal acumulação de riquezas, em 2006 a classe dominante mundial concentrava em 946 pessoas um patrimônio de aproximadamente U\$\$ 3,5 trilhões (três milhões e meio de dólares), o que equivale ao rendimento de 50% da população mundial. Mais da metade destes (quinhentos e vinte e três pessoas encontravam-se nos EUA, Alemanha e Rússia). O Brasil apresentava vinte representando dentre as maiores fortunas, com riqueza líquida de U\$\$ 46,2 bilhões (quarenta e seis bilhões e duzentos milhões de dólares), o que equivale à riqueza de oitenta milhões de brasileiros mais empobrecidos. Em 2009, 1,02 bilhões de pessoas apresentavam desnutrição crônica; em 2008, 884 milhões não tinham acesso à água potável e 2,5 milhões continuavam sem sistema de saneamento básico; em 2006, 218 milhões

de crianças trabalhavam em condições de escravidão.

São dados que demonstram a contradição que a crise do capitalismo acentua, transferindo aos mais pobres as consequências arbitrárias de um processo econômico desigual, principalmente na distribuição daquilo que produz.

É nesse sentido que a crise pode ser utilizada como um grande negócio. Se tomarmos por base a realidade brasileira, os diversos programas sociais e as políticas públicas desenvolvidas percebemos que, em muitos casos, estas medidas são paliativas e não alcançam a raiz dos problemas sociais com os quais convivemos. Apesar disso, os programas existem e atendem uma quantidade considerável de pessoas no Brasil, o que origina um sentimento positivo, principalmente entre os mais pobres. A crise se torna negócio, justamente quando este público atendido pelos programas sociais e políticas públicas, reconhece no Estado - governado por determinado grupo - aquele que trouxe as soluções para a vida, o que se concretiza na possibilidade de, por exemplo, comer diariamente e estudar em uma Universidade o que anteriormente seria improvável. Então, os programas sociais e as políticas públicas no Brasil não são estruturais, mas se valem da estrutura desigual da sociedade, que gera os problemas sociais, para permanecerem como solução, provocando, com isso, a preservação do mesmo modelo social, ainda que em formas distintas. É a crise estrutural, incorrigível (MÉSZAROS, 2011) como aparato de poder político.

Há, no entanto, outra característica da crise do capitalismo e que também é fruto da sua lógica destrutiva. Falamos do problema ambiental que o processo de acumulação desenvolve e que, nos dias atuais, vem mostrando cenários cada vez mais catastróficos.

Entre 1970 e 2000, 35% da biodiversidade foi extinta e um terço da população continua a viver na miséria. Desde 1980, os confrontos materiais advindos do modo de produção capitalista e o padrão de consumo concentrado em menos de 20% da população total gerou uma demanda de recursos naturais em 25% acima da capacidade de suporte do planeta (p. 21). A situação observada decorre de injustiças relativas a como os processos econômicos globais são desigualmente distribuídos

dentro de uma lógica de subordinação e dependência no capitalismo. Quanto mais crescem os setores industriais e de serviços nos chamados países centrais, mas se demanda matéria-prima, produção agrícola, extração mineral e de produção de energia nos chamados países periféricos. E essas atividades exigem uma relativa reprimarização da economia em países da América Latina e África, alvos de grandes programas de infraestrutura e estímulo ao agronegócio e à exportação com base em enormes sacrifícios humanos e naturais. (LOUREIRO 2012, p. 21-22).

Vemos que a crise do capitalismo tem consequências na natureza e que estas alteram as condições ambientais, colocando a vida humana e não humana em risco, constituindo de problema ambiental, que, na realidade, é uma consequência dos limites do próprio capitalismo. Tomemos como exemplo novamente o caso brasileiro. Nos últimos anos, a chamada “retomada do crescimento” foi fruto de uma série de medidas políticas e econômicas que buscam colocar o país entre os principais no cenário mundial através da exploração da natureza e da exportação de *commodities*, sem considerar o acúmulo na legislação fruto das lutas sociais e ambientais. Para isso, houve um forte esforço desde o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, o qual procurou, em todas as áreas, tornar o país “respeitado” no cenário econômico, tendo por base os “recursos” advindos da super exploração da natureza.

Bermann (2008, p. 23) atenta para a produção de soja em larga escala e suas consequências ambientais:

Atualmente, no Brasil, 75% das emissões de gases efeito-estufa são provenientes das mudanças de uso da terra, dentre estas as que mais se destacam são as queimadas que ocorrem principalmente no cerrado e nas bordas da floresta amazônica e, mais recentemente, alcançando áreas mais profundas da floresta. Hoje, a expansão da área plantada com soja é uma das principais causas do desmatamento das florestas do estado do Mato Grosso. Ela é a maior responsável pelo número recorde de 26.130 quilômetros quadrados de desmatamento da Amazônia, entre agosto de 2003 e agosto de 2004, um crescimento de 6% em relação ao período anterior. O problema se estende também para o restante da

floresta amazônica. Nos últimos anos, mais de um milhão de hectares de florestas foram convertidos em campos de soja na Amazônia. Deve-se, dessa maneira, considerar se o benefício proveniente da produção do biodiesel nessas regiões, em que poderá haver redução da floresta, terá um saldo positivo de emissões de gases de efeito estufa.

Atrelado a isso, consolidou-se o projeto de revitalização do setor energético brasileiro, por meio da criação de novas usinas hidrelétricas para geração de energia, subsidiando o setor industrial do país, bem como a agricultura extensiva em consonância com o tão alarmado crescimento. Em linhas gerais, a produção de energia compõe um pacote de medidas estruturantes que visam criar um cenário “positivo” ao capital para que este encontre as condições adequadas e atrativas para implantar-se. Tais obras vêm sendo denunciadas por diversos movimentos sociais, intelectuais e pesquisadores como verdadeiros “estados de exceção” na garantia dos lucros dos empreendedores envolvidos em tais negócios⁷.

Portanto, diante da crise do capital, o Estado, sob a orientação contraditória de grupos e setores que antes no campo da esquerda buscavam a superação do capitalismo, agora se limita a gerir o neodesenvolvimentismo baseado na agricultura extensiva, construção de hidrelétricas, indústria naval, obras em prol de grandes eventos, fomentando uma série de problemas sociais e ambientais. O caso das hidrelétricas é emblemático: grandes obras, localizadas as beiras dos rios que expulsam as comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores e povos originários que produzem suas vidas nestas regiões⁸. Geralmente este tipo de problema é visto como irrelevante, pois se trata de pequenas comunidades que facilmente se adaptariam em outro lugar, dadas as condições para isso. Tal dinâmica compete para

7 Diversos órgãos da imprensa nacional, situados à esquerda política, vem publicando reportagens, artigos, entrevistas sobre as consequências imediatas que as obras vem provocando. Citamos: Caros Amigos, Jornal Le Monde Diplomatique Brasil, além de autores ligados aos Observatórios de Conflitos Ambientais presentes na UFRJ (<http://www.observaconflictos.ippur.ufrj.br/>), UFMG (<http://conflictosambientaismg.lcc.ufmg.br/>) FURG (<http://observatoriodosconflictosrs.blogspot.com.br/>).

8 Constituem o que Acsehrad (2009) chama por injustiça ambiental.

que esses grupos venham a ampliar os aglomerados humanos, nas periferias, vivendo na miséria e na exclusão, assistidos por parcas políticas sociais. Parece-nos que o mesmo modelo impositivo de padronização da cultura urbano-industrial volta à tona, sobretudo neste período histórico em que os recursos naturais são acirradamente disputados, forçando aos grupos sociais menos organizados a sair, dando lugar aos empreendimentos⁹.

A mesma lógica pode ser vista em relação às populações do campo, os pescadores artesanais, os índios, as comunidades quilombolas e tantos outros segmentos. São grupos que necessitam diretamente da natureza para manterem-se vivos e se relacionam com ela de forma diferente, a partir de concepções e perspectivas diferentes do mundo urbano-industrial, reproduzindo sua cultura, seus saberes e devem contar com as condições para que isso se efetive e se reproduza. Mas, ao contrário, as opções políticas têm sido outras, ligadas ao processo de remoções, abortando sua cultura e seu modo de vida destes grupos.

Na atual correlação de forças no Brasil, o discurso do desenvolvimento carregado do ideário salvacionista de um país para todos, sem deixar claro quem são ‘todos’, acaba prevalecendo sobre as organizações que buscam reverterem essa lógica. Este domínio é profundamente dissimulado:

A força destes agentes reside exatamente na chantagem locacional pela qual os grandes investidores envolvem, quando não submetem, todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade, condições legais fundiárias e ambientais apropriadas, etc. os capitais internacionalizados ameaçam se “deslocalizar” para outros países. No plano subnacional, se não conseguirem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se deslocalizam, punindo, consequentemente, os estados e municípios onde é maior o empenho em preservar conquistas sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, ao escolherem o espaço mais

9 A transposição do rio São Francisco e a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, os empreendimentos atrelados a extração de petróleo, estão no bojo de obras que mais se destacam, tanto pela imponentia quanto pelas lutas dos povos locais por garantia da permanência, ou mesmo, interrupção das obras.

rentável para se realocar (ou seja, aqueles locais onde conseguem obter vantagens fiscais e ambientais, acabam premiando os estados e municípios em que é menos o nível de organização da sociedade e mais débil o esforço em assegurar o respeito às conquistas legais. Ou seja, neste quadro político-institucional, os capitais conseguem, em níveis antes desconhecidos, internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade, punindo com a falta de investimentos os espaços mais organizados, e premiando, por outro lado, com seus recursos, os menos organizados (ACSERALD e BEZERRA, 2010, p. 183).

É o capital quem define as condições para instalar seus empreendimentos, exigindo subsídios e condicionantes legais para a permanência. Caso contrário, mesmo sendo uma região estratégica, o capital direciona sua estrutura para outro lugar - que os autores denominam por ‘deslocalização’ - deixando a região aquém do “desenvolvimento”.

O movimento das instituições capitalistas é justamente para fugir dos conflitos sociais e ambientais existentes nos territórios. Não é um bom negócio para o capital instalar-se em locais onde há determinada organização social, com movimentos populares ativos, empenhados na luta pela garantia de direitos. Estrategicamente, os capitalistas buscam zonas aonde sua presença chegue como solução, seja “bem acolhido” no cenário político e social como sendo a salvação para o atraso das cidades¹⁰.

Em síntese, consideramos que a crise do capitalismo entrecruza ao menos, três dimensões. A convivência do modelo com suas contradições significa que o capital não pode erradicar a pobreza, a exclusão e a exploração, uma vez que se utiliza disso para manter-se hegemônico. Da mesma forma, apesar do discurso neoliberal contrário à intervenção do Estado nas dinâmicas

10 Exemplo disso é a cidade do Rio Grande - RS. No período em que a instalação do Polo Naval na cidade era apenas uma chance remota, várias personalidades do cenário político empenharam-se para a realização do empreendimento, causando euforia em toda a região. Durante o pico mais elevado da produção, apesar da grande quantidade de empregos, a cidade sofreu com muitos problemas: a ausência de um número maior de hospitais, postos de saúde, até a mobilidade urbana, o consumo de drogas e elevação de preços nos setores imobiliário, etc. Atualmente, em virtude das investigações de corrupção junto as empresas gestoras dos consórcios que construíram as plataformas, o número de demissões têm sido elevado o que gera problemas de outra ordem, como a violência, pobreza, etc.

mercantis – antítese ao modelo de bem estar social - nota-se que sem a mão firme do Estado sustentando o capital, o modelo teria sofrido fortes golpes. E o problema ambiental como um grito da terra mediante o processo de acumulação descompromissado do capitalismo, que retira muito mais da natureza, em um tempo muito mais veloz, do que o período que ela precisa para se revigorar.

Educação Ambiental, Extensão Universitária e Capitalismo: entrecruzamentos, contradições e limites.

Em vista do quadro de crise e os resultados da pesquisa apresentados na primeira seção deste texto, faz-se necessário expor algumas reflexões sobre os dados e sua relação com a manifestação da crise do capitalismo.

Ao compreender a relação entre núcleo e os grupos assessorados, entendemos que a extensão poderia proporcionar um avanço significativo no processo de emancipação destes grupos se considerasse em suas práticas a materialidade social (de crise, portanto) que perpassa a existência desses grupos associados. Afinal, estes grupos, constitutivos da/pela economia solidária, existem para amenizar os efeitos da crise estrutural que vivemos (que exigiria uma leitura crítica da realidade) ou estão a serviço do engodo que as opções políticas vêm assumindo nas últimas décadas? É bom lembrar que este movimento, quando surgiu, ainda na década de 1980, como economia solidária e, depois, economia popular solidária, não se apresentava como meio para diminuir as consequências da crise estrutural que vivíamos e sim, conforme teorizavam os economistas como Singer (2002), eram experiências alternativas de vida e produção para os grupos e setores sociais mais pobres, excluídos e sem trabalho formal.

Talvez a problematização da crise, por meio da explicitação das contradições socioambientais que estão na estrutura desigual da sociedade, os próprios conflitos inerentes a uma sociedade assentada na divisão social do trabalho, contribuisse para que os grupos associados desenvolvessem processos emancipatórios. O diálogo objetivo, aquele que considera os sujeitos do processo a

partir de suas realidades concretas, neste caso, se apresenta como um instrumento importante para que as associações avancem na organização coletiva e rompam com a dependência.

Analisando os resultados, percebe-se claramente que a problematização do mundo capitalista não é pautada nas ações de extensão do núcleo. Não são claras as razões pelas quais isso não acontece, o que nos deixa mais perto de afirmar que os processos desenvolvidos pelo núcleo não almejam a emancipação dessas organizações, mas, no máximo, a autonomia nos mesmos termos utilizados pelos sujeitos do núcleo: a funcionalidade dos grupos, entrada no mercado, inserção na economia liberal via comercialização e geração de trabalho e renda.

Quando mencionamos a dependência existente na relação entre núcleo e grupos assessorados, é importante colocar a forma como também o Estado se apresenta nessa relação. O trabalho do núcleo, para além de realizar projetos que atendam aos grupos, prestaria uma enorme contribuição aos trabalhadores se explorasse com eles os mecanismos do funcionamento do Estado, de modo que os sujeitos conhecessem a quem o Estado, efetivamente, por meio de suas leis, isenções, políticas e distribuição do fundo público, vem beneficiando. Uma vez que os trabalhadores tomam conhecimento dos poucos recursos que lhes são destinados em detrimento dos incentivos feitos aos grandes capitalistas, teriam instrumentos para acirrar suas lutas coletivas por, no mínimo, a diminuição da distância entre os ganhos do capital e do trabalho.

Nesse sentido, caberia a extensão que busca a emancipação dos grupos associados não somente organizar projetos para aquisição de máquinas, mercados institucionais, cursos, etc., mas formular com os trabalhadores uma pauta de reivindicações, tomando por base as contradições que convivem enquanto Estado. Do contrário, os projetos continuam paliativos, os recursos limitados, as políticas mudando de governo a governo, e os trabalhadores permanecendo à mercê da vontade e dos interesses daqueles que tomam a direção do aparato público. Por isso, uma extensão que agregue em suas práticas a noção de totalidade, fundamental à educação enquanto resistência possibilitaria o entendimento do Estado, de seu lugar no capitalismo e a importância de sua

problematização

Mas, isso exigiria uma rediscussão sobre os objetivos e formas de financiamento da extensão universitária, a luz dos objetivos de uma Universidade realmente popular. Também, um amplo e consistente debate que modifique os vetores que hoje orientam a extensão universitária, de modo que as ações de extensão se permitam a (auto) crítica, ao questionamento, a reflexão, acompanhados da explicitação da diversidade de projetos e utopias presentes e em disputa. Em nossa perspectiva, é fundamental que a extensão encontre-se com a produção de conhecimentos enquanto objetivo central, de modo que a relação com as populações e seus saberes se transforme em demanda aos conhecimentos que deverão ser produzidos no interior da instituição. Caso contrário, a produção científica permanecerá distante dos interesses populares e continuará hegemonicamente cumprindo a agenda daqueles que tem mais força material na sociedade.

A Universidade pública é uma instituição educativa, e como tal, precisa primar por processos pedagógicos cuja finalidade seja a emancipação humana por meio do conhecimento produzido que, inclusive, poderia ser elaborado na extensão junto com os trabalhadores envolvidos nestes processos. Este conhecimento deve instrumentalizar as pessoas – uma vez que é produzido por elas mesmas nesta relação educativa – como parte de um efetivo protagonismo na vida da sociedade, sobretudo daqueles grupos que necessitam da organização coletiva para a garantia de seus direitos, como é o caso dos membros que formam os grupos associados atendidos pelo núcleo de extensão. Isso ofereceria condições para que as práticas dos grupos sejam coerentes com a proposição de trabalho associado, meio pelo qual os processos de emancipação seriam possíveis, ainda que em um processo lento, mediante as limitações históricas e sociais do mundo contemporâneo.

Considerações

A análise apresenta a necessidade intrínseca de relações sociais e ambientais orientadas por novos fundamentos, dentre os quais não haja espaço para aqueles que sustentam o capitalismo como modelo único de produção da vida. A insustentabilidade como característica objetiva da sociedade fundada na exploração humana e da natureza tem apresentado limites, o que é possível verificar pelo acirramento das contradições sociais que se explicitam no tempo presente e que nos interrogam na direção de novas bases, formas e relações.

Em geral, o tema da extensão universitária é tratado como a atividade de socialização dos conhecimentos produzidos no âmbito da Universidade. Sua relação com a ciência não é bem definida, sobretudo na Universidade brasileira, a qual não se dedica ao debate mais aprofundado acerca da extensão enquanto produtora de conhecimentos, em si. Por certo, a tradição da ciência constituída no Brasil tenha levado a extensão a lugares indevidos junto à Universidade, ou, como bem lembra Demo (2001), tenha conduzido para indefinição do seu papel na dinâmica das atividades fins da acadêmica, como, também, à fragmentação do processo de produção de conhecimento que contornos semelhantes à divisão social do trabalho, base da sociedade de classes e do próprio capitalismo.

Não deixa de ser correto dizer que a extensão universitária - e a própria Universidade - é caracterizada pela hegemonia dos interesses capitalistas, ainda que isso não seja um dado absoluto, uma vez que são as pessoas que, no limite, fazem uma e também a outra. Assim, se críticos ao capitalismo, as condições materiais e relacionais da sociedade de classes, conforme os documentos e discursos analisados do núcleo de extensão, suas ações, utopias e realizações poderiam caminhar no sentido em que argumentamos neste trabalho. Em outras palavras, o intento seria a realização de práticas junto a estes grupos para fortalecê-los na sua auto-organização independente do Estado e na produção de outras relações, sobretudo com a Universidade, na busca da superação de suas condições de desigualdade e injustiça social/

ambiental, tendo clareza dos limites e contradições deste processo em sua efetividade. Isto porque, em geral, a própria estrutura da Universidade que, *a priori* poderia problematizar-se, acaba reproduzindo lógicas que ratificam modelos de separação entre quem produz neste caso, conhecimentos, e quem os socializa. Afinal, a Universidade não está em outro lugar que não seja nessa sociedade, sob determinados condicionamentos e movimentada a partir de uma específica correlação de forças.

Entretanto, quando tratamos do trabalho realizado pelo núcleo de extensão junto aos grupos associados, buscando compreender como a educação ambiental apresenta contribuições nesse processo eminentemente educativo, é importante elencar intersecções que auxiliam no entendimento da extensão universitária como produtora de conhecimentos úteis aos grupos associados que estão em situação de resistência mediante os conflitos sociais, bem como, por outro lado, uma educação ambiental que se encontra com os caminhos da educação popular, socialista, que seja oriunda e atenda os interesses dos grupos e classes cuja intenção é a transformação social. Para isso, é importante considerar alguns aspectos mencionados em estudos recentes (SANTOS, *et al.* 2015, PALUDO, 2015) os quais se aproximam do ideário¹¹ que buscamos reafirmar, quando o assunto é a relação entre educação, educação ambiental e extensão universitária desde um determinado contexto e relações sociais concretas.

É preciso levar em conta que os grupos sociais com os quais a educação popular como resistência (PALUDO, 2015), bem como a educação ambiental para a justiça ambiental (SANTOS, *et al.* 2015) procura se comprometer são os mesmos que a extensão realizada pelo núcleo em estudo. De modo geral, são grupos caracterizados pela tentativa de resistir às contradições inerentes ao capitalismo, na forma do trabalho organizado coletivamente, localizados nas periferias ou em territórios de forte interesse econômico. Diante disso, é possível dizer que são grupos que,

11 Utilizamos Ideário - aqui - como um conjunto de ideias orientadoras da ação, da pesquisa, e da luta pela utopia, à qual se altera e modifica na medida em que as condições materiais e relacionais se alterem em decorrência da própria ação transformadora.

por sofrerem um processo de injustiça social e ambiental¹², ao acusarem os impactos negativos das disputas sociais e ambientais, conformam o que Marx (2012) se referiu como “os de baixo”, em sua Crítica ao Programa de Gotha.

Neste sentido, mediante a complexidade do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, para que haja um processo de resistência desses grupos, é insuficiente uma prática educativa em que os sujeitos estejam alijados da totalidade da produção dos conhecimentos, ou, então, práticas coadunadas aos interesses dominantes que subalternam esses grupos, ao invés de potencializar suas lutas. E é neste sentido que Paludo (2015, p. 234) ao analisar os caminhos da Educação Popular como resistência na perspectiva da emancipação humana afirma ser necessário à superação das análises parciais, fragmentadas, pragmáticas e idealizadas dos processos sociais. Segundo autora,

O tempo presente requer análises que recuperem o ponto de vista da totalidade e da historicidade, rearticulando conhecimento teórico e prática política, fortemente alicerçada na firmeza da convicção de que a “lógica do capital é irreformável” e na necessidade de construção do novo modo de produção, a sociedade sem classes.

Tomando para si, a educação, a educação ambiental e extensão universitária junto a grupos associados são interpelados pelos mesmos desafios que a autora apresenta. O horizonte, entretanto, é a superação dos limites da divisão social do trabalho e seus efeitos nestes grupos, de modo que se reestabeleça a organicidade necessária para a resistência. Como instrumento para o avanço tanto na forma de compreensão da realidade, constituindo uma leitura a partir da totalidade social, quanto dos meios de luta mediante um cenário complexo e contraditório como o que vivemos, é importante aprofundar a relação entre trabalho, cultura e a reprodução da vida, o entendimento das novas manifestações do Estado capitalista, bem como a explicitação do

12 Injustiça Ambiental é entendida pela imposição “desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” (ACSELRAD *et al.*, 2009, p. 09)

direcionamento político dos processos educativos junto a estes grupos, precisamente para que haja uma construção transparente, sob bases claras e papéis distintamente compreendidos.

Em tempos em que projetos de sociedade são delineados no espectro das contradições, o que caracteriza uma dimensão da crise vivida, já não é mais possível assumir-se um processo de resistência distante do profundo conhecimento das disputas estruturais que estão dando a direção do desenvolvimento. Porém, para isso, segundo Paludo (2015), é fundamental adentrar a teoria a qual deverá reorientar a prática. Talvez este seja, também, o movimento necessário à educação ambiental e extensão universitária que se sustentam na relação com os grupos sociais que existem na forma de resistência e ousam transformação.

Referências

ACSERALD, Henry. BEZERRA, Gustavo. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. (et. al.) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro, RS: Lamparina, 2010. p. 179-209.

ACSERALD, Henry. MELLO, Cecília. BEZERRA, Gustavo. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro, RS: Garamound, 2009.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? *Revista da FAEEDBA*. Salvador, v.1, n.1, p.95-103, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMANN, Célio. Crise Ambiental e Energias Renováveis. *Revista Ciência e Cultura*. v. 60 número 3. p. 20 – 29. Setembro/2008.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

DEMO, Pedro. Lugar da Extensão. In: FARIA, D.S. (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 2001, v. 1, p. 141-158.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. 6ª Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles. *Extensão Universitária e Associativismo Popular: um estudo a partir da Educação Ambiental Crítica*. 2013. 156 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, SP: Loyola, 1998.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

LOUREIRO, Carlos. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2007 p. 13-67.

LOUREIRO, Carlos. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. 3ª Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

MACHADO, Carlos. RS. GONÇALVES, Leonardo. D. Educação, Trabalho e Natureza: reflexões marxistas. In: MACHADO, Carlos RS. GONÇALVES, Leonardo. D. (orgs.) *Marx e a Educação: trabalho, natureza e conflitos*. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2012. p. 10 – 22.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZAROS, Istvan. Crise Estrutural do Capital. *Revista Outubro*. Edição número 04. P. 7-15.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2010.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. *Cadernos Cedes*. Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015

SANTOS, Caio. GONÇALVES, Leonardo. MACHADO, Carlos. Educação

ambiental para justiça ambiental: dando mais uns passos. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, v. 32, n. 01, p. 189-208, janeiro-julho, 2015.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VARGAS, Francisco. E. B. Emprego e Desenvolvimento Regional: contornos de uma questão social. In: *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. João Pessoa, 2011. XII Encontro Nacional da ABET, 2011. p. 01-26.